

ENTREVISTA COM RITA COELHO

Telma Vitoria (Universidade Federal de Alagoas – UFAL) –
telmavitoria@uol.com.br

DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n16p01

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira. Historicamente é a mais recente dentre os preceitos legais, pois apenas a partir de 1996 se organizou no âmbito do sistema educacional, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Entretanto, o atendimento às crianças de zero a seis anos no país precede a longa data, em torno de cento e oitenta anos, antes vinculado a cursos livres como pré-escola e ao assistencialismo a crianças “carentes” como creche, passando por influências higienistas até atingir objetivos educacionais.

Antes da LDBEN/96, as creches e pré-escolas existentes vinculavam-se a órgãos administrativos diferentes, embora atendessem crianças de faixa etária semelhante, especialmente, as de quatro a seis anos. Basicamente o que as diferenciava eram a localização e o nível sócio econômico das crianças atendidas: nas creches (zero a seis) predominavam crianças de baixo nível sócio econômico; nas pré-escolas com ênfase na preparação para a alfabetização, crianças de nível sócio econômico melhor. Importante ressaltar que apenas a partir da Constituição Federal de 1988 essas crianças passaram a fazer parte do dever do Estado com a educação.

A integração das creches aos respectivos sistemas de ensino não foi rápida nem fácil, e, ainda hoje, critérios institucionais e órgãos administrativos governamentais limitam a introdução de insumos essenciais ao funcionamento das instituições de educação infantil. A forte demanda social é, sem dúvida, um dos fatores que possibilitou conquistas e avanços no que se refere às ações governamentais, à expansão do acesso, à formação de professores e ao financiamento.

Um dos grandes desafios para consolidar a identidade da educação infantil diz respeito à discussão sobre currículo e proposta pedagógica.

De forma sistemática, o MEC desenvolveu ações de pesquisa e monitoramento das políticas pedagógicas, buscando cumprir seu papel na coordenação nacional da política de educação infantil.

Nos últimos anos, em decorrência de exigências legais e políticas, o MEC vem desenvolvendo ações que visam a definição de uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC – para toda a educação básica, o que mobilizou debates de apoiadores e críticos sobre o assunto.

No início dos trabalhos, não estava prevista a inserção da educação infantil nessa Base, mas, a partir da alteração da LDB, em 2013, a legislação estabeleceu que a educação infantil tem uma base nacional comum curricular (Art. 26).

Rita Coelho que esteve à frente da Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC trabalhou política e tecnicamente, dentro e fora do governo pela definição de uma base que afirmasse a especificidade da educação infantil, proferindo palestras em vários eventos espalhados pelo território nacional sobre os princípios, direitos, objetivos e as expectativas de aprendizagem na educação infantil, visando ao aprimoramento da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular.

Rita é socióloga e militante histórica na defesa dos direitos das crianças. Sua experiência profissional de longa data inclui inúmeros trabalhos em rede pública municipal, sendo reconhecida sua atuação em Belo Horizonte, assim como na presidência da União Nacional dos Conselhos Municipal de Educação – UNCME – e na constituição do Movimento Interforuns da Educação Infantil do Brasil – MIEIB – dentre vários outros. Há muito tempo, conhecida dos profissionais e pesquisadores das áreas que envolvem a infância, em especial a Educação Infantil, assumiu a coordenação geral no MEC de 2007 a 2016. Nessa função, sempre por meio de um trabalho coletivo envolvendo diferentes áreas do governo federal, universidades, UNDIME, a UNCME e os fóruns de educação infantil, desenvolveu ações que permitiram avanços dentre os quais destacam-se:

- elaboração e monitoramento dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil;



- inclusão no Programa Nacional de Biblioteca da Escola de acervo de obras de referência para professores da educação infantil;
- definição de *per capita* diferenciado para a educação infantil no Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- produção e distribuição de material sobre promoção da igualdade racial na educação infantil;
- produção e distribuição de orientações sobre “Brinquedos e Brincadeiras nas creches”;
- formulação e implementação por universidades federais do “Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil”;
- articulação para a revisão pelo Conselho Nacional de Educação – CNE – das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- articulação para o estabelecimento pelo CNE de regulamentação para funcionamento de creches e pré escolas ligadas a órgãos federais;
- assessoramento técnico pedagógico para estrutura e funcionamento dos novos estabelecimentos construídos com recursos do governo federal – PROINFÂNCIA;
- compra governamental de brinquedos como material de apoio a práticas pedagógicas da educação infantil;
- realização de inúmeros estudos e pesquisas sobre proposta pedagógica, organização dos espaços na educação infantil, avaliação da educação infantil, leitura e escrita na educação infantil, bases de dados da educação infantil, educação infantil em jornada de tempo integral, educação infantil do campo, dentre outros.

Sua atuação nem sempre foi apoiada pela unanimidade dos grupos atuantes na Educação Infantil espalhados por todo o país e a última polêmica refere-se justamente à inserção dessa etapa educacional no documento da BNCC.

Mesmo assim, considerando a importância de sua atuação nos últimos anos à frente da coordenação no MEC, é importante conhecer seus



argumentos em favor dessa ação, bem como o processo que vem tramitando sobre esse documento, dentro e fora do MEC.

Importante comunicar que a entrevista abaixo foi realizada por meio eletrônico, gentilmente aceita e entregue em 26 de julho, pouco antes da notícia de exoneração de Rita pelo MEC.

Telma – Quais elementos precederam a decisão de trabalhar pela inserção da Educação Infantil na Base?

Rita – Dois aspectos foram importantes. O primeiro, a própria definição de Base Nacional Comum Curricular estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica segundo a qual: “– Entende-se por base nacional comum, na Educação Básica, os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais”.

Como é possível constatar, essa concepção abrange a educação infantil e dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que definem a identidade e os objetivos da educação infantil. Ou seja, observadas as concepções propostas nas diretrizes da educação básica e da educação infantil, constata-se claramente a relação entre educação infantil e a base nacional comum curricular. Trata-se, portanto, de uma dimensão conceitual.

O segundo fator foi a alteração, em 2013, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação determinando no art. 26 que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma Base Nacional Comum Curricular. Temos aqui a dimensão legal.

Finalmente, é importante também destacar uma mudança de perspectiva na direção dada pela Secretaria de Educação Básica do MEC que, a partir 2014, passa a dar ênfase nos trabalhos para definição da Base aos direitos de aprendizagem. Aqui, temos a dimensão política.

Portanto, se a educação infantil é parte da educação básica, se as concepções de educação infantil e de base nacional comum curricular dialogam, se as crianças da educação infantil têm direito a aprender e a se desenvolver e se o país vai debater, construir e normatizar uma Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica é indispensável que a área da educação infantil, por meio dos seus gestores, pesquisadores, professores e militantes, participe.

O que sempre defendi na Coordenação é que a área da educação infantil tem voz, tem concepção, tem pesquisa, tem produção, tem posicionamento político articulado.

Também vale lembrar que participar inclui a possibilidade do contraditório.

Participar da construção da Base possibilita defender as especificidades da educação infantil relacionadas a uma série de fatores, decorrentes do modo de agir das crianças de zero a cinco anos de idade e que não são contemplados na legislação.

Fica evidente nos direitos e objetivos propostos, assim como na organização curricular por campos de experiências e não por áreas ou disciplinas como nas demais etapas, a proposição de integrar o direito à educação ao direito à infância.

Telma – Como se deu o processo para que essa inserção ocorresse? Teve ajuda e participação de outros profissionais?

Rita – O processo de inserção acompanhou a estratégia do MEC para a elaboração de um documento preliminar da proposta da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica.

O primeiro passo foi a análise de propostas pedagógicas da educação infantil inseridas no PAR 2014. Foram analisadas 1.469 propostas de 27 unidades federadas por meio do trabalho de 14 consultoras. Este estudo reafirmou tendências já pesquisadas anteriormente que apresentavam:

- ausência de referência às DCNEI;

- distorção de conceitos e concepção;
- orientações inadequadas e insuficientes;
- formas diversas de organização curricular tais como matriz curricular, grade, por disciplina, por datas e outras;
- forte caráter preparatório para o ensino fundamental;
- brincar reduzido a uma estratégia didática;
- pouca referência aos bebês;
- práticas pedagógicas que não se relacionam com as DCNEI.

Em junho de 2015, foi instituída portaria criando o Comitê de Assessores para coordenar o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Neste comitê participam as professoras Zilma Ramos de Oliveira (USPRP) e Maria Carmem Silveira Barbosa (UFRGS) como assessoras da Educação Infantil. Simultaneamente, foi instituída portaria criando a Comissão de Especialistas e foram contratados 116 especialistas por área de conhecimento e etapas. Como na educação infantil não trabalhamos por áreas e disciplinas, foram contratados dois especialistas, a professora Silvia Helena Cruz (UFC) e o professor Paulo Sergio Fochi (Unisinos).

Durante todo processo de elaboração da proposta da educação infantil, o trabalho foi desenvolvido de forma conjunta pelos quatro especialistas, com a participação da Coordenação Geral de Educação Infantil.

A primeira versão do documento preliminar foi disponibilizada no Portal da Base em 16 de setembro de 2015. A proposta da educação infantil foi discutida em mais de 80 reuniões, recebeu 370.000 contribuições na consulta pública realizada no Portal e contou com quatro pareceres de leitores críticos e quatro pareceres de coletivo de instituições de educação infantil.

A equipe de elaboração realizou reuniões com os especialistas das áreas de conhecimento: linguagem, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso. A proposta foi também apresentada em reuniões da UNDIME, ANPED, MIEIB, Todos pela Educação e CNE, recebendo inúmeras contribuições, elogios e críticas.

A segunda versão do documento incorporou alterações significativas e foi disponibilizada em 03 de maio de 2016. No período de junho a agosto de



2016, está sendo discutida em reuniões estaduais, coordenadas pelo CONSED e UNDIME. O documento proposto na versão final deverá ser encaminhado pelo MEC ao CNE até novembro. Portanto há uma rede de colaboradores envolvidos neste processo.

Telma – Você já conhecia os argumentos daqueles que são contrários a essa inserção? Tem resposta a eles? Quais seriam os argumentos a favor?

Rita – Sim. Os principais argumentos dizem respeito à perda de autonomia do professor e ao fato de a Base subsidiar a elaboração de materiais e a avaliação.

Primeiro vale dizer que a Base não é Currículo. Eu penso que a Base dá direção ao trabalho do professor, mas não determina o como; neste sentido não vejo perda de autonomia. Quanto a materiais de apoio a práticas pedagógicas como livros, brinquedos e avaliação, independentemente da existência de um documento sobre Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, já existem, cumprindo inclusive um papel inadequado de orientar o currículo.

Telma – Recentemente ocorreu um Seminário na Câmara dos Deputados que evidenciou grupos contrários ao trabalho proposto no documento. Como você avalia o momento atual em relação a isso, considerando a Base no seu todo e na parte da Educação Infantil?

Rita – Em relação ao debate da Base Nacional Comum Curricular, na Câmara dos Deputados, observamos uma reivindicação de que a BNCC seja aprovada no Congresso. Esta posição vem-se articulando, inclusive com proposição de Emenda Parlamentar à Medida Provisória Nº 729 de 31 de maio de 2016, visando assegurar tal possibilidade.

O grupo que defende a proposta da “Escola sem Partido” além de incluir a “neutralidade” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação quer alterar a proposta da Base na mesma direção. Em vários estados existem projetos

tramitando nas Assembleias Legislativas nesse sentido, no congresso há cinco projetos (quatro na Câmara e um no Senado).

Em relação à educação infantil três dimensões têm polemizado o debate:

- a necessidade de aperfeiçoar os objetivos e sua progressão;
- a transição da educação infantil para o ensino fundamental;
- a relação da educação infantil com o processo de alfabetização.

Em relação aos objetivos e progressão há um consenso de que se trata de um avanço necessário. Sobre a transição para o Ensino Fundamental, é importante informar que na proposta da educação infantil todos os objetivos dos anos iniciais do Ensino Fundamental foram considerados visando garantir a articulação. Entretanto, parece haver também uma crítica em relação aos objetivos dos anos iniciais. Apesar disso observa-se um certo consenso de que é uma questão relevante e compartilhada entre os que tratam dos anos finais da educação infantil e os que se debruçam sobre os anos iniciais do ensino fundamental. Finalmente, sobre a relação da educação infantil com o processo de alfabetização, observamos uma divergência conceitual e metodológica com forte expressão no meio acadêmico. A proposta da Base Nacional Comum Curricular da educação Infantil apresenta objetivos e práticas de leitura e escrita desde o berçário, que são consideradas insuficientes pelos especialistas de alfabetização e, ao mesmo tempo, são vistas como inadequadas por grupos da educação infantil contrários ao trabalho com a linguagem escrita nesta etapa. É importante destacar que essa posição não vem sendo compartilhada por parte significativa dos especialistas da educação infantil, nos debates estaduais.

Telma – Quais serão os próximos passos em relação a esse trabalho?

Rita – Os próximos passos dizem respeito à incorporação, no documento proposto na segunda versão, das alterações decorrentes dos seminários estaduais e posterior entrega ao CNE. No Conselho Nacional de Educação

espera-se a deliberação final e aprovação da Resolução até dezembro de 2016.

Telma – Sabemos que o trabalho sobre a Base não é a única ação que vem sendo desenvolvida na coordenação da Educação Infantil do MEC. Há um conjunto de ações articuladas. Quais você destaca?

Rita – Em relação às ações do MEC/SEB, necessárias para que a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil se efetive, eu destaco duas que são estratégicas:

- a elaboração de documento orientador para a formulação dos currículos à luz da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil.
- uma política de formação voltada para a reformulação do currículo das licenciaturas e da Pedagogia. Uma ação abrangente do MEC/SEB em relação à formação continuada dos professores em exercícios na Educação Infantil que poderia ter duas vertentes:
 - A formação em Pedagogia para os que ainda não possuem essa habilitação.
 - O aperfeiçoamento sobre práticas pedagógicas específicas sobre:
 - ✓ leitura e escrita na educação infantil;
 - ✓ artes na educação Infantil;
 - ✓ corpo, gestos e movimentos;
 - ✓ saúde e bem estar – cuidado pessoal do outro e do ambiente;
 - ✓ relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
 - ✓ ciências da natureza;
 - ✓ tecnologias e mídias na educação infantil;
 - ✓ bebês e o cotidiano nas creches;

Telma – Quais são seus planos de ações em prol da Educação Infantil, depois disso?

Rita – Meus planos são continuar atuando coletivamente na defesa do direito de todas as crianças à educação infantil, como um dever do Estado brasileiro. Eu acredito que um outro mundo é possível e ele começa com uma outra concepção e outro lugar da infância. Confio na luta da sociedade pelo fortalecimento da educação infantil como política pública e, principalmente, porque em tempos de tantas descrenças a educação infantil é uma utopia que compartilhamos!

